

Projeto quer tirar a autonomia do Prodasen

Após escândalo da violação do painel, senador propõe transformar órgão numa secretaria especial de informática

Liêge Albuquerque (*)

• BRASÍLIA. A estrutura independente do Prodasen, órgão que controla o sistema de processamento de dados do Senado, pode estar com os dias contados. Hoje, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) apresenta no Senado um projeto que transforma o órgão numa secretaria especial de Informática, subordinada à 1ª Secretaria da Casa. A inspiração do senador surgiu depois do escândalo da violação do painel do Senado, expondo a autonomia funcional de um órgão com orçamento de quase R\$ 100 milhões.

Em 1995, a gota d'água para transformar a gráfica do Senado em secretaria subordinada à Casa foi a polêmica em torno

do ex-senador Humberto Lucena (na época PMDB-PB), que anos antes mandara imprimir lá calendários para brindes eleitorais. Isso lhe custou o mandato. Desde então existe a tentativa de fazer o mesmo com o Prodasen, sempre esbarrando na resistência dos funcionários do órgão.

Paes de Barros afirma que tem o apoio de colegas

— Sei que vou encontrar resistências, mas tenho apoio de muitos senadores. A transparência hoje é exigência ética em todo o país. A iniciativa não visa a diminuir a eficiência do Prodasen, mas sim reduzir sua autonomia. Certamente se isso tivesse acontecido antes do caso Regina Borges, nada disso teria chance de ir em

frente — afirmou o senador.

No Prodasen a independência administrativa é total. Vai da compra de equipamentos à contratação de funcionários terceirizados. Dinheiro não é problema: o orçamento do Prodasen é uma rubrica independente da do Senado. O orçamento executado de 2000 destinou R\$ 844,1 milhões para o Senado e R\$ 81,7 milhões para o Prodasen. Também do orçamento foram gastos mais R\$ 18,8 milhões para a gestão de informática do Senado — uma atribuição do Prodasen. E mais: foram destinados mais R\$ 7 milhões para o Interlegis, subordinado ao Prodasen, que controla a comunicação eletrônica dos parlamentares.

A estrutura do Prodasen hoje tem pouco mais de 300 fun-

cionários, todos concursados. O número de terceirizados é variável. Os salários destes, dependendo do projeto, podem variar de, no mínimo, R\$ 5 mil a alguns milhares de reais, segundo um técnico de informática consultado pelo GLOBO. Dos cinco funcionários envolvidos na quebra do sigilo, apenas um, Gazzola, não era concursado.

Técnicos defendem a autonomia do Prodasen

Técnicos do órgão protestam sobre a possibilidade de perder independência, usando como argumento principal que não se pode trabalhar com um setor de compra de equipamentos de informática, que ficam obsoletos rapidamente, sujeito à burocracia do

Senado para abertura de licitações. Já o diretor-executivo do órgão desde fevereiro, Kleber Gomes Ferreira Lima, funcionário do Prodasen há 22 anos, protesta quanto à idéia da subordinação do órgão à diretoria-geral do Senado. O sucessor de Regina Borges, como ela, tem cargo de confiança. Ele foi indicado pelo presidente da Casa, senador Jader Barbalho (PMDB-PA).

— Por que deixar o Prodasen subordinado totalmente ao Senado? Por questão de segurança? O Prodasen não anda sozinho: hoje tem um conselho de supervisão. Pelas mãos dos membros desse conselho passa a decisão sobre qualquer contratação. Por mais que eu queira, não navego sozinho — diz Ferreira Lima.

Indagado sobre se tem o mesmo poder que Regina Borges teve para conseguir uma lista de votação secreta, por conta própria ou induzida pelo pedido de algum senador, Ferreira Lima reage:

— Tanto faz o Prodasen ter atribuições como órgão autônomo, supervisionado ou como secretaria. No Código Penal, o artigo 121 diz que matar é crime, mas nada impede que se mate. As penitenciárias estão lotadas. Impedimento para fazer a mesma coisa (*que a ex-diretora do Prodasen*) existe na Constituição: o Regime Jurídico Único dos Servidores. ■

(*) do Globo On Line

COLABORARAM: *Catia Seabra e José Augusto Gayoso*